

Zero tem dúvidas no cumprimento de metas de reciclagem

5 de Abril, 2017

A associação ambientalista Zero considera “altamente questionável” o cumprimento das metas de reciclagem se o Governo não seguir uma “alteração radical” de políticas e medidas, apostando na recolha porta-a-porta e numa taxa que desincentive incineração e aterro.

“Ainda há muito caminho a fazer para atingirmos a meta de 50% de reciclagem, em 2020, e, à partida, o cenário [de cumprimento] é altamente questionável”, disse hoje à agência Lusa Rui Berkemeier, da Associação Sistema Terrestre Sustentável, Zero.

A atual reciclagem, com base em dados de 2015, “não permite indicar que se vá cumprir a meta, só se houver uma alteração radical de políticas e de medidas”, defendeu o ambientalista.

A Zero analisou informação disponibilizada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) apontando que os materiais reciclados, no lixo urbano, correspondem a cerca de 74%, abrangendo orgânicos e materiais como vidro, papel e cartão, metais e plásticos.

“São inequívocas as evidências de que a meta de 36% prevista para 2016 e de 50% para 2020 já estão praticamente fora do alcance”, com a taxa de preparação para a reciclagem em 2015 a não ultrapassar 28%.

Rui Berkemeier listou ainda os fatores que tornam complicado atingir as metas de reciclagem, como a opção pela recolha seletiva pois “está evidenciado” que, através de ecopontos, “não se resolve o problema”.

“Estagnamos na recolha seletiva e já devíamos ter mudado há muito tempo para a recolha seletiva porta-a-porta, claramente [a opção] que apresenta resultados melhores”, especificou o ambientalista.

“Como não temos um sistema porta-a-porta, não podemos ter o sistema ‘pay-as-you-throw’ [pagar conforme a quantidade de lixo gerada], sem o qual os cidadãos que separam são penalizados face a quem não separa”, explicou Rui Berkemeier.

Quanto à Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), “tal como existe hoje, não é um incentivo para a separação dos resíduos e para a reciclagem, não tem a ver com os cidadãos, tem a ver com os sistemas de tratamento de resíduos que, se apostarem na reciclagem pouco ganham”, defendeu.

Um sistema que aposte em queimar resíduos, exemplificou, como a Lipor e a Valorsul, “não é penalizado por não reciclar através da TGR” porque a taxa para quem incinera “é muito baixa”.

“Como enviar para aterro é muito barato, compensa”, disse ainda o

especialista da Zero, realçando que “há que revolucionar as tarifas da TGR para premiar quem recicla e penalizar quem não recicla” e lembrando que “Portugal tem metas para cumprir na reciclagem e não na incineração”.

O ambientalista apontou que o Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos (PERSU) prevê que “as grandes metrópoles, nomeadamente Lisboa e Porto, onde existe incineração de resíduos, tenham metas de reciclagem mais baixas, o que é um absurdo”, pois ali “é mais fácil fazer recolha seletiva”. “Não se justifica que tenham de ser zonas como Alentejo, Beira Interior ou Trás-os-Montes a contribuir para as percentagens maiores de reciclagem”, concluiu.